

Caso exemplar de possessão: a pós-modernização de Mallarmé

Sérgio Medeiros

Pretendo comentar brevemente o sublime irônico de Mallarmé, um poeta da segunda metade do século XIX, utilizando a versão para o português, assinada por Augusto de Campos, do seu célebre poema “O Azul”. Essa tradução consta do livro *Mallarmé, Perspectiva*, 1991, que o próprio Augusto organizou, com Décio Pignatari e Haroldo de Campos; os poemas do autor francês estão na língua original e em português. No original, a palavra “azul” é repetida quatro vezes no verso final; na tradução brasileira, a palavra é repetida seis vezes, tendo o tradutor optado por essa solução ao omitir a frase que abre o verso, “Je suis hanté”, após a qual o vocábulo “azul”, acompanhado de ponto de exclamação, se repete quatro vezes em francês.

Permitam-me traçar rápidos comentários sobre a importância desse poema, antes de considerar a tradução de Augusto de Campos.

Paul Bénichou, no seu estudo *Selon Mallarmé*, afirma que o tema do poema é a situação do poeta entre o Real ignóbil (o abjeto, eu diria) e o Ideal inacessível (o Sublime). O azul, o alto, é o ideal, mas ele é considerado, no poema, da perspectiva do fracasso e da tortura. O azul, no plano simbólico, remete à noção, típica da imaginação

romântica e moderna, de um Deus indiferente ao homem, de um Deus situado numa distância inacessível para a alma que clama por ele, sempre em vão. “L’Azur, avec sa majuscule, n’est pas seulement le bleu du ciel que nous voyons; il est cet idéal lointain qui obsède les hommes” (*Selon Mallarmé*, p. 100), afirma Bénichou. Beleza, azul, céu, ideal são nomes e atributos da Divindade, mas de uma Divindade especialmente distante e indiferente ao destino humano. Por isso, numa reviravolta ao mesmo tempo irônica e cruel, da qual todo o pessimismo moderno é herdeiro, esse outro indiferente se tornará o Inimigo, a Divindade é o Inimigo do poeta. Se o Universo é informe e indiferente, como ainda advogar pela permanência do Belo, do harmonioso e do homogêneo na arte? O poeta declarará guerra ao azul, guerra ao ideal, e, num ato que beira a demência, segundo Bénichou, repetirá, encarando o vazio que é Deus, quatro vezes a terrível palavra “azul”. O poema de Mallarmé mostraria, assim, “une sorte de dément en revolte vaine contre l’univers” (*Selon Mallarmé*, p. 101). Na tradução brasileira, o poema afirma: “O poeta incapaz que maldiz a poesia/ No estéril areal de um deserto de Dores.”

Nesse poema, o azul é a obscuridade (“–O Céu é morto.–”) e o sujeito é um mero pote de maquiagem deixado ao pé de um muro, muro de hospício ou de cemitério. Diz a tradução: “(...), desde que meu cérebro vazio,/ Como um pote de creme inerte ao pé de um muro, (...)”. Essa imagem, a do homem-no-pote, a do crânio cheio de creme para maquiagem a face, parece ecoar em outras imagens que a arte do século XX produziu, como o jarro liso e sem cor de Wallace Stevens, por exemplo, vaso que faz o mato crescer ao redor de si, no poema intitulado “Anedota do jarro”, ou a grande bola falante do romance *O inominável*, de Samuel Beckett, um personagem deformado que assim se descreve a si mesmo: “Enfiado, como um ramo, num pote profundo, cujos bordos me chegam à boca, à beira de uma rua pouco freqüentada nas proximidades dos matadouros, estou tranqüilo, finalmente” (*O inominável*, p. 60).

Enquanto o homem-no-pote de Beckett parece tranqüilo, o de Mallarmé, no poema que estou comentando, vive sua crise mais

aguda, ou catastrófica, no verso final, enlouquecendo enquanto repete a palavra mais odiada, o azul. O poeta “proclame sa propre démence, et la prouve en répétant indéfiniment le nom de son ennemi” (*Selon Mallarmé*, p. 105), segundo Bénichou. O número 4 é aqui, de novo segundo o mesmo estudioso, sinal de repetição infinita, isto é, sinal de anomalia mental. “La rhétorique commune admet, depuis da Bible, la triple répétition comme figure reçue” (*Selon Mallarmé*, p. 105), argumenta Bénichou.

O sujeito mallarmaico é, segundo Pierre V. Zima, aquele que, tendo saído dos grandes “metarrelatos” (a fé cristã, por exemplo), agora só pode contar consigo mesmo, ou com seus recursos pessoais. A separação entre sujeito e objeto se consoma e o mundo perde sua unidade. O sujeito, não sendo mais autônomo, não poderá jamais dominar o acaso. Só lhe resta, como já disse, implorar em vão pela Divindade, para sempre indiferente ou inacessível. E, depois, declarar guerra a essa mesma Divindade, num ato de desencanto extremo. A Divindade é o inumano. A escritura de Mallarmé anuncia o divórcio entre o belo e o sublime, na tentativa de levar a negatividade da sua arte até o inumano, uma das dimensões do sublime moderno, justamente.

Mas o sublime, por ser inumano, é ameaçador, ameaça o sujeito e finalmente o destrói. O sujeito ainda quer sobreviver ao contato com o ilimitado, com o informe, e declara seu maior inimigo o sublime. Nesse sentido, Mallarmé não é o poeta do sublime, mas do belo negativo, da subtração contínua. Por isso seu poema termina com um grito, “un cri déchirant qui réagit à l’irruption du sublime dans le beau et témoigne de la démence à laquelle risque de se livrer le sujet en tâchant de représenter le sublime irréprésentable” (*La négation esthétique*, p. 69), afirma Zima. O deserto estende-se diante do poeta, que só apreende o vazio.

Ao comentar um poema posterior de Mallarmé, “Um lance de dados”, Alain Badiou dirá que, nesse poema-testamento, a função do poeta “é fazer a escolha e a não-escolha equivalerem-se. Então suporta até o fim a nudez do local. E sobrevém a verdade, totalmen-

te anônima, sobre o lugar desertado" (*Pequeno manual de inestética*, p. 70). Então, nesse espaço nu (a última página do poema visual) surgirá, de repente, como sabemos, a Constelação, um curso transcendente que parece, momentaneamente, negar o nada, o vazio, o inumano de que se falou atrás. Eis o enigma do último Mallarmé, um enigma nunca decifrado e que não poderei discutir aqui, pois nosso tema não é a Constelação, mas o Azul que a esconde, que a anula, sendo ele mesmo, porém, obscuridade e não claridade. São as trevas, e não azul, que propiciam, parece-me, o aparecimento dessa nostálgica ou necessária Constelação.

Na famosa carta de 27 de maio de 1867, ao seu amigo Eugène Lefébure, Mallarmé afirmou que escrevia a sua obra por eliminação. A negação estética era a tendência poética do período, por assim dizer, e teve, daí por diante, grande impacto na arte da primeira metade do século XX. Ou melhor, na arte de todo o século XX. Mallarmé, o Dante da Era Moderna, como já foi chamado, declarou na referida carta: "A Destruição foi a minha Beatriz."

Sou leitor de Mallarmé, poeta que releio continuamente, mas, por fidelidade à perspectiva histórica, ousou reformular a frase dele, adequando-a à realidade no nosso tempo: "A Multiplicação é a minha Beatriz." A eliminação e a destruição não poderiam ser perpetuadas na nossa época. A Constelação retorna, ressurgente, talvez na Terra e não no Céu, refletida num espelho atual, que a deforma certamente.

Acredito que, se tivesse de definir o meu tempo, o nosso tempo, a partir da tradução de Mallarmé feita por Augusto de Campos, diria (ou essa tradução diria por si mesma) que este é o tempo da multiplicação paródica e alucinada, às vezes mecânica e inútil, multiplicação vazia. Não estamos mais sob o domínio da poética da subtração, da eliminação. A tradução de Augusto de Campos seria uma confirmação disso, ou não negaria pelo menos as minhas palavras.

A impossibilidade de representar um sublime irrepresentável, contudo, acabou levando Mallarmé também ao infinito terreno, à multiplicação na Terra. No final desse poema, "L'Azur", o poeta

reconhece que é impossível dizer o indizível: “Je suis hanté. L’azur! l’Azur! l’Azur! l’Azur!” Ele multiplica a sua voz, multiplica as sílabas do poema sobre o fracasso, a impotência do poeta em dizer o indizível. Talvez eu devesse citar aqui as palavras de alerta de Jacques Rancière: “Il est temps de cesser de lire Mallarmé à travers les témoignages des rêves de ses vingt-cinq ans, ou à travers le projet anéanti du Livre” *Mallarmé: La politique de la sirène*, p. 11). Ou seja, é preciso dar ao “fracasso” do belo em atingir o sublime uma interpretação que não reduza a questão a uma crise pessoal, íntima.

Na tradução desse poema sobre o sublime moderno e inumano, Augusto de Campos escreveu simplesmente, assumindo a multiplicação pós-moderna: “O Azul! O Azul! O Azul! O Azul! O Azul! O Azul!” O vocábulo inimigo, o vocábulo danoso é repetido seis vezes, com uma facilidade notável. É o infinito terreno, ao alcance dos homens. Sublime abjeto e material, paródia do sublime espiritual ou transcendente.

Porém, *isso* não é Mallarmé, *isso*, o demente que precisa dizer seis vezes a mesma palavra para representar o infinito banal, alongando exageradamente a série, *isso* é a nossa época, que multiplica o mundo e a linguagem, recorrendo ao exagero barroco. Para Mallarmé, o infinito estava no número 4, bastava o seu poema repetir uma palavra quatro vezes para tudo cair no desespero, no deserto moderno (cf. Pierre Zima). O poeta impotente e mudo, ou quase mudo, ia assim além do 3, o número sagrado, a contagem bíblica, mas não lhe era necessário o 6, como é necessário para Augusto de Campos.

O pós-moderno, para mim, está resumido nessa versão brasileira e paulistana de Mallarmé, versão monótona e infinita, que Augusto de Campos, mais exagerado e dionisíaco do que geralmente se admite, transformou num sublime abjeto, paródico, mecânico, algo tonto, risível, uma série explícita: azul, azul, azul, azul, azul, azul... Algo mais monótono do que desesperado.

Mallarmé não poderia dizer isso, nós podemos e ficamos balbuciando essas sílabas...

Recentemente, conversei com o estudioso argentino da poesia concreta brasileira, Gonzalo Aguilar, professor da Universidade de Buenos Aires, e um dos temas da conversa foi a tradução desse poema de Mallarmé (cf. www.centopeia.net). Para Aguilar, Augusto de Campos substituiu, na sua tradução, a fala sobre a possessão pela possessão mesma, por isso repete seis vezes a palavra azul e não quatro, como Mallarmé fez. Isso teria ocorrido porque, para Augusto, a tradução é um ato de possessão, ou seja, o tradutor teria buscado produzir, na sua época, um texto tão original quanto aquele que lhe serviu de fonte, a fim de melhor apropriar-se do texto e converter-se, perante o leitor, numa voz privilegiada, ou decerto tão autorizada quanto a voz do próprio Mallarmé. Na tradução como ato de possessão, o tradutor assume finalmente a autoria do texto. Por isso, nos livros de traduções dos irmãos Campos, só o nome dos tradutores vêm na capa, como verdadeiros autores daqueles textos impressos em português.

Outra observação interessante que me fez Aguilar refere-se à leitura do poema “O Azul” no mundo hispano-americano. Existe uma tradição de leitura, que remonta a Ruben Darío, autor de um estudo sobre Mallarmé. Segundo essa tradição, a repetição de palavras é interpretada como fórmula ritual ou sibilina. Não se trata de demência, segundo a leitura que propus acima, mas de uma tentativa de recuperar a força secreta das palavras, repetindo-as num novo salmo musical, após o fim da religião.

Talvez pudéssemos pensar numa religião demente, numa religião para dementes..., a mais imemorial de todas. Aquela que não deixa de amaldiçoar o Ideal, a Divindade. Seria essa a religião dos tradutores que declararam e ainda declaram guerra à tradução ideal, sublime, divina?

Concluo dizendo que considero “O Azul” uma das melhores traduções de Augusto de Campos. Talvez a tradução que mais me agrade.

Bibliografia

- BADIOU, Alain. *Manual de inestética*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BECKETT, Samuel. *O inominável*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.
- BÉNICHOU, Paul. *Selon Mallarmé*. Paris: Gallimard, 1995.
- CAMPOS, Augusto de *et al.* *Mallarmé*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- MALLARMÉ, Stéphane. *Correspondance/Lettres sur la poésie*. Paris: Gallimard, 1995.
- RANCIÈRE, Jacques. *Mallarmé: La politique de la sirène*. Paris: Hachette, 1996.
- STEVENS, Wallace. *Poemas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ZIMA, Pierre V. *La négation esthétique*. Paris: L'Harmattan, 2002.